



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

— Instituído pela Lei Nº 4.294, de 6 de dezembro de 2023 —

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
ESTADO DO TOCANTINS
PALÁCIO DEPUTADO JOÃO D'ABREU

10ª LEGISLATURA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA

PALMAS, QUINTA-FEIRA, 6 DE AGOSTO DE 2026

ANO XXXVI - EDIÇÃO Nº **4314**



Deputados(as) 10ª Legislatura



Mesa Diretora



Comissões

Sumário

Esta edição contém 06 Páginas

ATOS LEGISLATIVOS.....	2
ATAS DAS COMISSÕES.....	2
ATOS ADMINISTRATIVOS.....	5
DECRETOS ADMINISTRATIVOS.....	5
PORTARIAS DA PRESIDÊNCIA.....	5
PORTARIAS DA DIRETORIA-GERAL.....	6
ERRATAS.....	6

DIRETORIA DE ÁREA LEGISLATIVA
Diretoria de Documentação e Informação
Coordenadoria de Publicações Oficiais

Palácio Deputado João D'Abreu
Praça dos Girassóis - CEP 77003-905
Palmas - TO

Autenticidade da edição garantida quando
visualizada diretamente no portal
<https://www.al.to.leg.br/diario>

ATOS LEGISLATIVOS

Atas das Comissões

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO 10ª LEGISLATURA - 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA VIGÉSIMA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA EM 7 DE ABRIL DE 2026

Às quatorze horas do dia sete do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação reuniu-se ordinariamente, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos Senhores Deputados Léo Barbosa, Valdemar Júnior e da Senhora Deputada Claudia Lelis. Estavam ausentes os Senhores Deputados Gutierrez Torquato e Moiseimar Marinho. O Senhor Presidente Deputado Valdemar Júnior, secretariado pela Senhora Deputada Claudia Lelis, declarou aberta a Reunião e aprovou as Atas das Reuniões anteriores. Não havendo Expedientes, foi lido o Depacho em que o Senhor Deputado Léo Barbosa devolveu sem parecer de vista o Projeto de Lei 518/2025. Em seguida, passou-se à Distribuição de Matérias. A Senhora Deputada Claudia Lelis foi nomeada relatora do Projeto de Lei 518/2024, de autoria da Senhor Deputado Nilton Franco, que, “dispõe sobre a estadualização da estrada vicinal que conecta os municípios de Barrolândia e Monte Santo”. O Senhor Deputado Gutierrez Torquato foi nomeado relator dos Projetos de Lei 75/2026, de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa, que “estabelece diretrizes de Política Pública para o estímulo à recepção e ao encaminhamento de denúncias de maus-tratos contra animais no âmbito do Estado do Tocantins”; 76/2026, de autoria do Senhor Deputado Marcus Marcelo, que “cria o Selo Tolerância Zero contra Assédio, a ser concedido a estabelecimentos que implementem medidas de proteção a mulheres em situação de risco ou violência sexual”; 77/2026, de autoria do Senhor Deputado Jair Farias, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Moradores Micro e Pequenos Produtores Rurais do Distrito de Natal - AMNA, no Município de Araguatins - TO”; 78/2026, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo, que “institui mecanismos de controle, fiscalização, transparência e proteção dos usuários dos serviços de saneamento básico prestados por concessionária privada no Estado do Tocantins, e dá outras providências”; 79/2026, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro, que “institui a política estadual de promoção de dignidade, autonomia e desenvolvimento das mulheres quilombolas no Estado do Tocantins, e dá outras providências”; 81/2026, de autoria da Senhora Deputada Claudia Lelis, que “institui o Cadastro Estadual de Pessoas com Endometriose no âmbito do Estado do Tocantins, e dá outras providências”; dos Projetos de Lei 73/2026, que “institui o “Dia Estadual do Campista Católico”, a ser comemorado anualmente durante o período do Carnaval, e o inclui no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Tocantins”; 74/2026, que “dispõe sobre a isenção do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) para veículos de propriedade de motoristas por aplicativo no Estado do Tocantins, e dá outras providências”; e 80/2026, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Barraqueiros e Turismo das Praias de Araguaã e Escapole - com a denominação de ABTPE, com atividades em Araguaã - TO”, todos de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico. O Senhor Deputado Jorge Frederico foi nomeado relator dos Projetos de Lei 90/2026, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de manutenção de kit básico de primeiros socorros em estabelecimentos comerciais que comercializem alimentos e bebidas no Estado do Tocantins, e adota outras providências”; e 103/2026, que “altera o inciso IV do § 3º do art. 9º da

Lei nº 2.822, de 30 de dezembro de 2013, para redesignar o cargo de Chefe do Estado Maior do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins como Subcomandante-Geral, ambos de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo; dos Projetos de Lei 91/2026, que “dispõe sobre a reserva de vagas às mulheres nos cargos de direção, chefia ou coordenação da Administração Pública Estadual; e 108/2026, que “concede o Título de Cidadão Tocantinense a João Costa Ribeiro Filho”, ambos de autoria do Senhor Deputado Eduardo Mantoan; dos Projetos de Lei 93/2026, que “dispõe sobre diretrizes para a formulação de políticas públicas voltadas à promoção dos direitos das pessoas idosas com deficiências mentais no Estado do Tocantins”; 94/2026, que “dispõe sobre a proteção do consumidor contra práticas abusivas durante eventos promocionais como a “Black Friday”, estabelecendo sanções administrativas, sem prejuízo das responsabilidades civis e criminais cabíveis”; 95/2026, que “institui o Programa Estadual de Prevenção à Influência Digital Criminosa sobre Crianças e Adolescentes, com o objetivo de combater a divulgação, o incentivo e a apologia a práticas criminosas em ambientes digitais, promovendo ações educativas, de monitoramento e cooperação interinstitucional no âmbito do Estado do Tocantins”; e 96/2026, que “dispõe sobre a possibilidade de conversão do pagamento de multas de trânsito de natureza leve, aplicadas por órgãos e entidades estaduais de trânsito, em doação de sangue ou de medula óssea, no Estado do Tocantins”, todos de autoria do Senhor Deputado Gipão; dos Projetos de Lei 97/2026, que “institui a Política Estadual de Incentivo à Pesquisa em Terapias Regenerativas, com ênfase na polilaminina, no âmbito do Estado do Tocantins”; 98/2026, que “dispõe sobre a exigência de sinalização retrorrefletiva em contêineres utilizados para acondicionamento de resíduos sólidos e entulhos no âmbito do Estado do Tocantins, e dá outras providências”; 99/2026 que “dispõe sobre a concessão de adaptação razoável em concursos públicos e processos seletivos aos candidatos com limitação funcional que comprometa a escrita manual”; 104/2026, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Atlética Vila Nova Futebol Clube - AAVNFC”; 105/2026, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Esportiva Master de Aliança do Tocantins”; 106/2026, que “dispõe sobre o incentivo à produção e ao uso do biochar (biocarvão) no âmbito do Estado do Tocantins, e dá outras providências”; e 107/2026, que “dispõe sobre o direito à informação e à remarcação de exames de ultrassonografia obstétrica com tecnologia de imagem tridimensional ou multidimensional e outras tecnologias equivalentes, no Estado do Tocantins”, todos de autoria do Senhor Deputado Gutierrez Torquato; dos Projetos de Lei 100/2026, que “institui a política pública “recomeço rural”, destinada à capacitação profissional, incentivo ao cooperativismo e acesso ao microcrédito para mulheres vítimas de violência doméstica e familiar residentes em áreas rurais, quilombolas e indígenas do Estado do Tocantins, e dá outras providências”; e 113/2026, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação de placas informativas nas unidades de saúde públicas e privadas do Estado do Tocantins, informando sobre o direito da mulher a acompanhante em consultas e exames médicos, conforme previsto na Lei Estadual nº 4.678/2025, e dá outras providências, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro; e ainda, foi nomeado relator dos Projetos 101/2026, de autoria do Senhor Deputado Eduardo do Dertins, que “concede Título de Cidadã Benemérita à Dra. Milena Alves Pimenta Machado”; 102/2026, de autoria, do Senhor Deputado Moiseimar Marinho, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Servidores do Dertins - Asedertins, com sede no município de Porto Nacional - TO”; 112/2026, de autoria da Senhora Deputada Professora Janad Valcari, que “institui a Política Estadual de Incentivo à Doação de Leite Materno em Pequenas Coletas Comunitárias no âmbito do Estado do Tocantins, e estabelece normas, diretrizes de divulgação e apoio técnico, mantendo as operações de coleta em caráter local e sem aporte financeiro centralizado”; dos Projetos de Lei 110/2026, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Agricultores

da Bacia do Projeto Sampaio, no município de Sampaio/TO; e 111/2026, que “altera o nome do Colégio Estadual Buriti para Colégio Militar do Estado do Tocantins - Buriti”, ambos de autoria do Senhor Deputado Amélio Cayres; e o Projeto de Lei 109/2026, de autoria do Senhor Vilmar de Oliveira, que “declara de utilidade pública estadual a Associação de Famílias Atípicas de Miranorte - TO - Afami”. O Senhor Deputado Léo Barbosa foi nomeado relator do Projeto de Resolução 4/2026, de autoria do Senhor Deputado Gipão, que “dispõe sobre a criação de Escritórios Regionais de Apoio da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, define suas competências e dá outras providências”; dos Projetos de Lei 421/2025, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo, que “declara de Utilidade Pública Estadual o Lions Clube de Araguaína, localizado no município de Araguaína-TO”; 35/2026, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro, que “dispõe sobre a obrigatoriedade da divulgação dos números de denúncia de violência doméstica e familiar contra a mulher - ligue 180 e 190 - nas embalagens produzidas no âmbito do Estado do Tocantins, e dá outras providências”; 53/2026, de autoria do Senhor Deputado Luciano Oliveira, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Vaquejada da Vila do Prata de Marianópolis - TO - AVVP - TO”; dos Projetos de Lei 37/2026, que “dispõe sobre a comercialização, a posse e o porte de spray de extratos vegetais para legítima defesa das mulheres no Estado do Tocantins, e dá outras providências”; 38/2026, que “institui o Protocolo “Não é Não” de atendimento à mulher vítima de violência sexual ou assédio em estabelecimentos de lazer, eventos culturais e esportivos no Estado do Tocantins, e dá outras providências”; e 50/2026, que “denomina oficialmente como “Chapada do Catoá” a região geográfica situada na linha divisória entre os Estados do Tocantins e Goiás, delimitada pela confluência do Rio da Paranã com o Rio da Prata até a margem do Rio Tocantins, e dá outras providências”, todos de autoria da Senhora Deputada Claudia Lelis; dos Projetos de Lei 51/2026, que “declara de Utilidade Pública a Associação de Radiodifusão Comunitária de Xambioá, situada no município de Xambioá - TO; e 52/2026, que “declara de Utilidade Pública o Instituto Social Doura Cardoso, situado no município de Araguaína - TO”, ambos de autoria do Senhor Deputado Marcus Marcelo; dos Projetos de Lei 54/2026, que “obriga as instituições financeiras em operação no Estado do Tocantins a informar seus clientes sobre o fechamento de agência bancária ou posto de atendimento”; 55/2026, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Tocantinense de Rodeio e Esportes Equestres”; 56/2026, que “denomina de “Auditório Professora Iolanda Leone Mantovani” o auditório da Escola de Tempo Integral Professora Rita Andrade Santos, localizada no município de Paraíso do Tocantins, e adota outras providências”; 57/2026, que “dispõe sobre a implantação do Programa “Mente Saudável, Futuro Brilhante” nas escolas da rede pública do Estado do Tocantins, na forma em que menciona”; 58/2026, que “institui o Dia Estadual de Conscientização sobre a Violência Vicária, a ser comemorado, anualmente, no dia 25 de novembro, no Estado do Tocantins”; 59/2026, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Parque do Povo - APP”; e 60/2026, que “denomina de Governador Moisés Nogueira Avelino a sede da 2ª Companhia Independente de Bombeiros Militar (2ª CIBM), em Paraíso do Tocantins”, todos de autoria do Senhor Deputado Dr. Danilo Alencar. O Senhor Deputado Marcus Marcelo foi nomeado relator do Projeto de Lei 114/2026, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto, que “dispõe sobre a concessão de isenção de tributos estaduais incidentes sobre a doação de bens, bem como sobre sua transferência e transporte, quando destinados à realização de leilões beneficentes promovidos por instituições sem fins lucrativos, e dá outras providências”. O Senhor Deputado Moisesmar Marinho foi nomeado relator dos Projetos de Lei 63/2026, de autoria da Senhora Deputada Claudia Lelis, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Federação Tocantinense de Ciclismo - FTC”; 69/2026, de autoria da Senhora Deputada Professora Janad Valcari, que “declara de Utilidade Pública

Estadual a Associação do Projeto de Assentamento Remansinho - Apar, e dá outras providências”; 70/2026, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro, que “institui a política pública estadual de atendimento psicossocial itinerante às mulheres em situação de violência doméstica e familiar no Estado do Tocantins, e dá outras providências; dos Projetos de Lei 61/2026, que “institui a Política Estadual de Prevenção e Combate ao Câncer de Pele entre aquicultores, pescadores e trabalhadores rurais no Estado do Tocantins, e dá outras providências”; e 62/2026, que “institui diretrizes estaduais para a promoção da infraestrutura de recarga de veículos elétricos em edificações residenciais e comerciais no Estado do Tocantins, e dá outras providências”, ambos de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa; dos Projetos de Lei 64/2026, que “dispõe sobre a política estadual de agroecologia e produção orgânica no Estado do Tocantins, e 68/2026, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação da Comunidade Quilombola de Santa Maria das Mangueiras - Município de Dois Irmãos”, ambos de autoria do Senhor Deputado Luciano Oliveira; dos Projetos de Lei 65/2026, que “institui a Política Estadual de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras no âmbito do Estado do Tocantins, e dá outras providências”; 66/2026, que “institui, no âmbito do Estado do Tocantins, o Selo “Academia Inclusiva”, destinado a reconhecer academias e centros esportivos que promovam acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência, e dá outras providências”; e 67/2026, que “institui a Política Estadual de Fomento à Inovação e ao Desenvolvimento de Inteligência Artificial no Estado do Tocantins, em complementação à Lei nº 4.645, e dá outras providências”, todos de autoria do Senhor Deputado Valdemar Júnior. O Senhor Deputado Professor Júnior Geo foi nomeado relator dos Projetos de Lei 82/2026, de autoria do Senhor Deputado Gutierrez Torquato, que “institui a Política Estadual Tocantins Conectado, voltada à ampliação da conectividade digital e da cobertura de telefonia móvel no território do Estado do Tocantins, e dá outras providências”; 86/2026, de autoria do Senhor Deputado Vilmar de Oliveira, que “declara de utilidade pública estadual a Associação Olga Benario de Trabalhadores Rurais e Agricultores familiares - Amora”; 87/2026, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico, que “institui o serviço “Disque Denúncia Animal”, no âmbito do Estado do Tocantins, cria um canal unificado para o registro de denúncias de crimes de maus-tratos contra animais, e dá outras providências”; 92/2026, de autoria do Senhor Deputado Gipão, que “institui a Política Estadual de Prevenção e Enfrentamento à Adultização Precoce da Infância, e dá providências correlatas; dos Projetos de Lei 88/2026, que “institui o benefício de meia-entrada para doadores regulares de sangue e doadores de medula óssea no Estado do Tocantins, cria o Cordão Estadual de Identificação do Doador, e dá outras providências”; e 89/2026, que “cria o Protocolo Estadual de Capacitação de Agentes Comunitários de Saúde na Identificação e Encaminhamento das Vítimas de Violência no Estado do Tocantins”, ambos de autoria do Senhor Deputado Eduardo Fortes; 83/2026, que “dispõe sobre a criação do Cadastro Estadual de Pessoas Condenadas por Crimes de Violência e Abuso contra a Mulher (CEPC-Mulher) no Estado do Tocantins, e dá outras providências”; 84/2026, que “reconhece como bem de valor cultural e Patrimônio Histórico do Tocantins, o “Festejo do Senhor do Bonfim”, realizado no Município de Natividade, e dá outras providências”; e 85/2026, que “institui o Protocolo “Escudo Rosa” no Estado do Tocantins, visando dar efetividade à notificação imediata à vítima de violência doméstica sobre atos de soltura do agressor, e dá outras providências, todos de autoria da Senhora Deputada Claudia Lelis. Na Ordem do Dia, foram lidos os pareceres dos Projetos de Lei 548/2023, 283/2025, 308/2025, 344/2025, 368/2025, 389/2025, 414/2025, 415/2025, 428/2025, 441/2025, 461/2025, 463/2025, 464/2026, 471/2025, 473/2025, 483/2025, 493/2025, 501/2025, 505/2025, 506/2025, 508/2025, 513/2025, 514/2025, 521/2025, 522/2025, 523/2025, 14/2026, 19/2026, 22/2026, 23/2026, 25/2026, 27/2026, 31/2026, 32/2026, 39/2026, 40/2026, 41/2026, 42/2026, 48/2026 e 4/2025 de autoria do

Tribunal de Justiça, todos foram aprovados e encaminhados à Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle. Os Projetos de Lei 335/2025, 495/2025, 519/2025, 4/2026, 6/2026, 21/2026, 24/2026, 44/2026, 45/2026, 46/2026 tiveram seus pareceres aprovados e encaminhados à Comissão de Educação, Cultura e Desporto. Os Projetos de Lei 864/2024, 482/2025, 509/2025, 511/2025, 75/2025, 278/2025, 355/2025 e os Projetos de Resolução 12/2025 e 2/2026 e tiveram seus pareceres aprovados e encaminhados ao Plenário. O Projeto de Lei 507/2025 teve seu parecer aprovado e encaminhado à Comissão de Saúde e Assistência Social. Os Projetos de Lei 194/2025, 299/2025, 345/2025, 449/2025, 450/2025, 451/2025, 481/2025, 498/2025, 503/2025, 504/2025, 515/2025, 517/2025, 15/2026, 16/2025, 17/2026, 18/2025, 20/2026, 26/2026, 29/2026, 30/2026, 33/2026, 47/2026 e 51/2026, tiveram seus pareceres aprovados e foram encaminhados ao Arquivo. Logo após, o Senhor Presidente Deputado Valdemar Júnior avocou vista do Projeto de Lei 36/2026 e encerrou os trabalhos às quatorze horas e quarenta e cinco minutos, convocando Reunião Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidente e Secretário, e encaminhada à publicação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO
10ª LEGISLATURA - 4ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA TRIGÉSIMA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA
EM 2 DE JUNHO DE 2026

Às quatorze horas do dia dois do mês de junho, do ano de dois mil e vinte e seis, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação reuniu-se ordinariamente, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos Senhores Deputados Valdemar Júnior e Gutierrez Torquato. Estavam ausentes os Senhores Deputados Léo Barbosa, Moiseimar Marinho e a Senhora Deputada Claudia Lelis. O Senhor Presidente Deputado Valdemar Júnior, secretariado pelo Senhor Deputado Gutierrez Torquato, declarou aberta a Reunião. Não havendo quórum para deliberação, as Atas foram transferidas para a Reunião subsequente. Não havendo Expedientes, passou-se aos Despachos: I - que determina o apensamento do Projeto de Lei 128/2026 ao Projeto de Lei 34/2026, por se tratarem de matérias conexas; II - que determina o apensamento do Projeto de Lei 140/2026 ao 331/2025, por se tratarem de matérias conexas. Em seguida, passou-se à Distribuição de Matérias. O Senhor Presidente Deputado Valdemar Júnior avocou a relatoria do Projeto de Lei 170/2026, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Brasileira de Cooperativas - ABC no município de Palmas/TO”. A Senhora Deputada Claudia Lelis foi nomeada relatora dos Projetos de Lei 143/2026, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro, que “declara de Utilidade Pública o Instituto Flor de Lótus”; 162/2026, que “estabelece medidas de proteção às mulheres no uso de serviços de transporte por aplicativos no Estado do Tocantins, mediante verificação de antecedentes criminais, e determina outras providências”; e 180/2026, que “institui a política estadual de indicadores da educação pública do Estado do Tocantins, e dá outras providências”, todos, de autoria do Senhor Deputado Gipão; 174/2026, de autoria do Senhor Deputado Wiston Gomes, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores do Jatobal -AJAPAT, no município de Praia Norte -TO”; 176/2026, de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa, que “institui diretrizes para a segurança viária em áreas escolares localizadas em rodovias estaduais do Estado do Tocantins, e dá outras providências”; 177/2026, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo, que “institui o Dia do Veterano em homenagem aos Bombeiros Militares da reserva e reformados do Estado do Tocantins”; 184/2026, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico, que “altera o inciso IV do art. 11 da Lei Estadual nº 2.578, de 20 de abril de 2012, para adequar os requisitos mínimos de altura para ingresso na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins

aos parâmetros constitucionais fixados pelo Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências”; 186/2026, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Mantoan, que “concede o Título de Cidadão Tocantinense a Horácio Noca da Silva”. O Senhor Deputado Gutierrez Torquato foi nomeado relator do Projeto de Lei 164/2026, de autoria do Senhor Deputado Gipão, que “institui diretrizes para a Política Estadual de Atenção Integral à Saúde da Mulher com Endometriose e conscientização, cria mecanismos de diagnóstico precoce e monitoramento no âmbito do Estado do Tocantins”; e ainda, renomeado relator do Projeto de Lei 34/2026, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Mantoan, que “altera a Lei nº 3.531, de 14 de agosto de 2019, que veda a nomeação para cargos em comissão de pessoas que tenham sido condenadas pela Lei Federal nº 11.340/2006, no âmbito do Estado do Tocantins”. O Senhor Deputado Léo Barbosa foi nomeado relator dos Projetos de Lei 166/2026, que “institui o Programa de Obrigatoriedade aos condomínios residenciais e comerciais no Estado do Tocantins de comunicar aos órgãos de segurança pública quando houver em seu interior a ocorrência ou indícios de episódios de violência doméstica e familiar contra mulheres, crianças, adolescentes ou idosos, e dá outras providências”; 181/2026, que “dispõe sobre o reconhecimento da atividade de maqueiro no Estado do Tocantins como atividade essencial no âmbito da saúde e estabelece diretrizes para proteção, capacitação e valorização profissional, sem criação de despesas obrigatórias ao Estado, e dá outras providências”; e 188/2026, que “institui a Política Pública de Creche Noturna para atendimento de filhos de mães estudantes e trabalhadoras no Estado do Tocantins, e dá outras providências”, todos, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro; 182/2026, que “estabelece diretrizes gerais para ações pedagógicas de identificação precoce e prevenção de práticas de intimidação sistemática indireta no ambiente escolar da rede pública estadual, e dá outras providências”; e 190/2026, que “institui a Política Estadual de Fortalecimento da Vigilância Socioassistencial e Fiscalização dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) no âmbito do Estado do Tocantins”, ambos de autoria da Senhora Deputada Professora Janad Valcari; 171/2026, de autoria da Senhora Deputada Claudia Lelis, que “institui a Política Estadual de Fomento, Valorização e Empoderamento da Mulher Artesã no Estado do Tocantins e dá outras providências”; 167/2026, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Fortes, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Barqueiros da Rampa Ariolino Ribeiro Miranda - Asbram, no município de Peixe - TO”; 183/2026, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Mantoan, que “concede o Título de Cidadão Tocantinense a Yasushi Noguchi”; 189/2026, de autoria do Senhor Deputado Dr. Danilo Alencar, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Árbitros de Paraíso - Asap”; 187/2026 de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo, que “altera a Lei nº 901, de 3 de abril de 1997, para atualizar a denominação da entidade declarada de utilidade pública estadual; 178/2026, de autoria do Senhor Deputado Gipão, que “estabelece diretrizes para a criação de campanha de conscientização, diagnóstico precoce e prevenção de incapacidades decorrentes da hanseníase, no âmbito do Estado do Tocantins”. O Senhor Deputado Marcus Marcelo foi nomeado relator do Projeto de Lei 75/2026, de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa, que “estabelece diretrizes de Política Pública para o estímulo à recepção e ao encaminhamento de denúncias de maus-tratos contra animais no âmbito do Estado do Tocantins”. O Senhor Deputado Moiseimar Marinho foi nomeado relator dos Projetos de Lei 165/2026, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Mantoan, que “concede o Título de Cidadão Tocantinense a Marcos Antônio da Silva Modes”; 172/2026, de autoria da Senhora Deputada Claudia Lelis, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação do Instituto Educacional Pereira Martins”; 173/2026, de autoria do Senhor Deputado Gutierrez Torquato, que “acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 150 de 2023, que “dispõe sobre o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado do Tocantins - RPPS-TO, e adota outras providências”; e 179/2026, de autoria do Senhor Deputado Gipão, que “dispõe sobre

a inclusão de conteúdos relativos à Inteligência Artificial no currículo da educação básica da rede pública estadual de ensino do Tocantins”. O Senhor Deputado Olyntho Neto foi nomeado relator do Projeto de Lei 142/2026, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro, que “institui o Programa Compra Popular no Estado do Tocantins, e dá outras providências”. Por falta de quórum para deliberação da Ordem do Dia, o Senhor Presidente Valdemar Júnior encerrou os trabalhos às quatorze horas e vinte e dois minutos, convocando Reunião Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidente e Secretário, e encaminhada à publicação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO
10ª LEGISLATURA - 4ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA TRIGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA
EM 9 DE JUNHO DE 2026

Às quatorze horas do dia nove do mês de junho, do ano de dois mil e vinte e seis, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação reuniu-se ordinariamente, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos Senhores Deputados Valdemar Júnior e Gutierrez Torquato. Estavam ausentes os Senhores Deputados Léo Barbosa, Moisesmar Marinho e a Senhora Deputada Claudia Lelis. O Senhor Presidente Deputado Valdemar Júnior, secretariado pelo Senhor Deputado Gutierrez Torquato, declarou aberta a Reunião. Não havendo quórum para deliberação, as Atas foram transferidas para a Reunião subsequente. Não havendo Expedientes, passou-se à Distribuição de Matérias. O Senhor Presidente Deputado Valdemar Júnior avocou a relatoria das Medidas Provisórias 10/2026, que “altera a Lei nº 1.287, de 28 de dezembro de 2001, para dispor sobre isenção do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, redução de base de cálculo e alíquota aplicáveis aos veículos que especifica”; 13/2026, que “altera a Lei nº 3.684, de 24 de junho de 2020, que autoriza a concessão das rodovias estaduais que especifica, e adota outras providências”; e o Projeto de Lei 8/2026, que “autoriza o Poder Executivo a incorporar ao Sistema Rodoviário Estadual e a transferir à União os trechos viários que especifica, e denomina Rodovia Governador Moisés Nogueira Avelino a ligação rodoviária que menciona; todos de autoria do Poder Executivo. O Senhor Deputado Gutierrez Torquato foi nomeado relator das Medidas Provisória 24/2026, que “altera a Lei nº 3.576, de 12 de dezembro de 2019, que dispõe sobre o parcelamento e o reparcimento de débitos para com o Regime Próprio de Previdência Social-RPPS, na forma que especifica, e adota outras providências”; e 26/2026, que “revoga dispositivo da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado do Tocantins”, todas de autoria do Poder Executivo. Por falta de quórum para deliberação da Ordem do Dia, o Senhor Presidente Valdemar Júnior encerrou os trabalhos às quatorze horas e trinta e cinco minutos, convocando Reunião Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidente e Secretário, e encaminhada à publicação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO
10ª LEGISLATURA - 4ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA TRIGÉSIMA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA
EM 16 DE JUNHO DE 2026

Às quatorze horas do dia dezesseis do mês de junho, do ano de dois mil e vinte e seis, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, o Senhor Presidente, Deputado Valdemar Júnior por falta de quórum, deixou de abrir os trabalhos da Comissão de Constituição, Justiça e Redação e convocou Reunião Ordinária, para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidente e Secretário e, encaminhada à publicação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO
10ª LEGISLATURA - 4ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA TRIGÉSIMA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA
EM 23 DE JUNHO DE 2026

Às quatorze horas do dia vinte e três do mês de junho, do ano de dois mil e vinte e seis, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, o Senhor Presidente, Deputado Valdemar Júnior por falta de quórum, deixou de abrir os trabalhos da Comissão de Constituição, Justiça e Redação e convocou Reunião Ordinária, para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidente e Secretário e, encaminhada à publicação.

ATOS ADMINISTRATIVOS

Decretos Administrativos

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 1.002/2026

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Lei nº 4.209, de 2023, alterada pela Lei nº 4.250, de 22 de novembro de 2023,

RESOLVE:

Art. 1º TORNAR sem efeito o Decreto Administrativo nº 1.000/2026, publicado no Diário da Assembleia nº 4313, de 5 de agosto de 2026, na parte em que nomeou Bruna Maria Alves Silva.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 5 dias do mês de agosto de 2026.

Deputado AMÉLIO CAYRES
Presidente

Portarias da Presidência

PORTARIA Nº 046/2026 - P

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso da atribuição que lhe confere o art. 3º da Lei nº 4.209, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 setembro de 1997), e nos termos do art. 1º, inciso II, alínea “I”, c/c art. 1º, inciso VI, da Lei Complementar Federal nº 64, de 18 de maio de 1990,



RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao servidor Moacir da Silva Lima, matrícula nº 3621, afastamento para desincompatibilização eleitoral, com percepção da remuneração, para concorrer ao cargo de Deputado Estadual, no período de 4 de julho de 2026 a 3 de outubro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 4 de julho de 2026.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 3 dias mês de agosto de 2026.

DEPUTADO AMÉLIO CAYRES
Presidente

Portarias da Diretoria-Geral

PORTARIA Nº 612/2026 - DG

O Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais, em consonância com o disposto no art. 141, IV, da Lei nº 4.209/2023,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR os níveis de remuneração dos servidores abaixo relacionados, do Gabinete do Deputado Gutierrez Torquato, a partir de 5 de agosto de 2026:

- Kayo Winicius Pereira de Souza, matrícula 86341, de SP-2 para SP-6;

- Maria Eduarda Ramos Cunha, matrícula 1188334, de SP-8 para SP-2.

Diretoria-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 5 dias do mês de agosto de 2026.

IRISFRAN DE SOUSA PEREIRA
Diretor-Geral

Erratas

ERRATA

Dispõe sobre correção no texto do Decreto abaixo:

01) No Decreto nº 906/2019, publicado no Diário da Assembleia nº 2806, de 22 de maio de 2019,

Onde se lê:

Art. 1º (...), retroativamente a 2 de maio de 2019:

Leia-se:

Art. 1º (...), retroativamente a 1º de maio de 2019:

Palmas/TO, 5 de agosto de 2026

IRISFRAN DE SOUSA PEREIRA
Diretor-Geral

AGOSTO DOURADO



Laços de
afeto para
uma vida
mais saudável



ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO TOCANTINS
Gestão conjunta e de resultados



DIÁRIO DA
ASSEMBLEIA

Autenticidade da edição garantida
quando visualizada diretamente no
portal <https://www.al.to.leg.br/diario>